

Publicação integral da entrevista do

Presidente da Câmara Municipal ao Notícias de Manteigas

Qual o valor global do orçamento municipal para 2017?

O montante global do orçamento do Município de Manteigas para 2017 aproxima-se dos seis milhões e setecentos e oitenta e sete mil euros.

Como evoluiu esse montante nos últimos 10 anos (pode indicar os valores para cada ano desde 2007, inclusive)?

A mera indicação dos montantes anuais do orçamento, que se anexa, não tem grande importância para o leitor se esses valores não forem comparados com as taxas de execução, que atualmente são muito mais elevadas do que anteriormente, ou se não se tiverem em consideração os ciclos dos quadros comunitários e até os critérios de distribuição e acesso aos financiamentos da Europa.

Se no último quadro comunitário as autarquias foram um interlocutor privilegiado no acesso a candidaturas, já no Portugal 2020, que deveria ter arrancado em 2014 mas que de facto só agora está a começar passados três anos, as autarquias são claramente o parente pobre e o parceiro mais prejudicado na distribuição de fundos.

Outro fator que inibe qualquer comparação nos montantes dos orçamentos tem a ver com o facto de haver entidades, designadamente a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIM-BSE) e a Associação de Municípios da Cova da Beira (AMCB), que são promotoras de candidaturas com significativos volumes financeiros cujas receitas não entram nos orçamentos municipais, onde só está inscrita a despesa da componente nacional.

Como analisa e justifica essa evolução?

São múltiplos os fatores que influem sobre a evolução da receita. A principal receita dos municípios como o de Manteigas é obtida através do Fundo de Equilíbrio Financeiro de acordo com as regras das Finanças Locais; este Fundo tem evoluído em função do melhor ou pior estado das finanças públicas ou da intensidade do centralismo do Estado. A segunda componente depende, como já se explicou atrás, dos fluxos e das oportunidades de financiamento através dos fundos comunitários. A terceira componente refere-se às receitas que os municípios conseguem arrecadar com as tarifas dos serviços que prestam, as taxas e impostos diretos (IMI, IMT e IUC); no município de Manteigas este valor costumava rondar entre os 4% e os 6% do orçamento, mas com o aumento exponencial do IMI (cerca de 300 mil euros, apesar das taxas mínimas) e a enorme redução dos fundos comunitários, atinge 22,5%; a quarta componente refere-se ao saldo de gerência: no início de outubro, quando da elaboração do orçamento, prevíamos 250 mil euros, mas o saldo apurado no

final do ano ultrapassou os 400 mil euros; A quinta componente é a contratação de empréstimos não prevista para 2017. Em síntese, teremos:

Fundo de Equilíbrio Financeiro e Fundo Social Municipal: 3.757.629€ - 55,4%

Transferências de Fundos Comunitários: 1.250.000,00 - 18,4%

Receitas próprias+ impostos diretos: 1.529.309,00 - 22,5%

Saldo de Gerência: 250.000 - 3,7%

Do valor global do orçamento de 2017, que percentagem diz respeito a verbas e projetos financiados pelo quadro comunitário 2014/2020?

A questão é pertinente mas a resposta tem fraco significado como explicarei. No orçamento aprovado pelos órgãos municipais está prevista uma verba de 1.250.000 euros que é o montante já garantido e que corresponde a 18,4% do orçamento; há uma verba ainda do último quadro comunitário de cerca de 180.000 euros que era suposto ser recebida em 2016 e que deverá ser transferida em 2017; entretanto, estão a ser elaboradas novas candidaturas e outros avisos de candidaturas serão abertos no decorrer do ano... Isto significa que o montante inicialmente previsto sairá reforçado desde que apresentemos candidaturas, que estas sejam aprovadas e que haja execução física para que possa acontecer receita através dos pedidos de reembolso, engrossando desta forma o montante do orçamento inicial.

Quais serão as grandes linhas de aplicação do orçamento de 2017 (recursos humanos, saneamento, educação, ambiente, pagamento de juros/dívida, ARU, cultura...)?

O ano de 2017 será o ano de transição de uma política de consolidação orçamental, sem necessidade de recurso a cortes nos programas de intervenção social e nas transferências para as coletividades, para uma expansão ainda cautelosa no investimento. Reduzimos o excesso de endividamento e recuperámos a capacidade de recorrer a empréstimos (recurso não previsto para 2017), temos fundos disponíveis, excelente liquidez, sem pagamentos em atraso, com prazo médio de pagamento reduzido para dez dias, portanto temos os meios e as condições para satisfazer a componente nacional de todas as candidaturas que consigamos aprovar. Esta disponibilidade financeira, conseguida a muito custo, significa que só realizaremos investimento depois de assegurarmos a necessária receita, designadamente com recurso a financiamentos comunitários.

Outra linha de orientação fundamental é reduzir, ou pelo menos não aumentar, a despesa corrente e canalizar, como em anos anteriores, cerca de 650.000 euros de receita corrente para despesa de capital. Sabemos que as despesas com pessoal em 2015 atingiram níveis mínimos (15,4% da despesa contra 26,1% em 2011), mas continuamos condicionados na contratação, pelo que continuaremos a recorrer a programas ocupacionais; precisamos de ter mais sucesso no combate ao desperdício das redes de água e de saneamento com diversas intervenções já programadas

(cerca de 315 mil euros de investimento) e outras que ocorrerão com a execução do cadastro das redes. Em 2017 os custos com o serviço de saneamento atingirão os 396 mil euros e com o fornecimento de água 286 mil euros.

Com a reestruturação da dívida são visíveis as reduções com encargos financeiros, pois o município chegou a acumular 800.000 euros de encargos com juros de mora, que gostaríamos de ter investido em múltiplas ações que constam no plano de atividades. Amortizaremos 480.000 euros de empréstimos a que crescem 120.000 de juros.

Poderemos dizer que 2017 será um ano que haverá um importante reforço nas transferências para instituições sem fins lucrativos, participando enormes investimentos de capital a realizar pela Associação dos Bombeiros (ambulâncias e outros veículos com custos de 71.345 euros em 2017 e 212.841 euros até 2020), pela Santa Casa (34 camas articuladas), Banda Boa União (obras da Sede no montante de 60.000 euros), AFACIDASE (obras na Sede), Comissões Fabriqueiras (Obras nas Igrejas de Vale de Amoreira, Santa Maria e S. Pedro), com custos que rondarão os 300.000 euros e se prolongarão em anos seguintes nalguns casos. Para as freguesias serão transferidos 84.200 euros.

No que respeita ao ordenamento do território prosseguem as obras previstas na primeira fase da reabilitação urbana da Biblioteca (250 mil euros), Posto de Turismo e envolvente (100 mil euros) e Parque Ambiental da Fábrica do Rio (150 mil euros), tendo-se já conseguido 10% de majoração do investimento. Serão executados os Planos de Pormenor das Penhas Douradas, do Covão da Ponte, do Covão da Ametade e da Relva da Reboleira e será aberto concurso de ideias para a Praça central da vila (espaço dos CTT).

Aguardamos abertura de candidatura para a Área de Localização de Empresas Locais, para podermos prosseguir à reabilitação dos edifícios da ex-Sotave bem como a dotação de conteúdos para o Centro de Energia Viva de Montanha (Fábrica do Rio), celebrado que foi o Protocolo com a Universidade da Beira Interior e a Agência de Energia

Para a concretização da candidatura do Património Natural trataremos da homologação dos percursos pedestres, da requalificação do Ribeiro da Vila (85 mil euros) e dos conteúdos da Lã e a Neve.

Desenvolveremos o projeto do “Passeio do Zêzere”, agora com candidatura aberta até 400 mil euros de investimento.

A Escola de Hotelaria necessita de intervenção profunda, temos o projeto concluído e aguardamos desde final de outubro pelo aviso de concurso para candidatura.

Para o combate ao abandono e ao insucesso escolar a CIM-BSE elaborará candidatura em que se está previsto um investimento de 327 mil euros a executar em três anos.

Em relação à modernização administrativa, com candidatura aprovada e grande parte da despesa liquidada, encontram-se em fase de testes a instalação do Mydoc (última versão de gestão

documental e desmaterialização), a aplicação de gestão de viaturas, aplicação móvel para turismo, deteção de intrusão em edifícios, tratamento de informação económico-financeira e administrativa, plataforma para transmissão em direto de ações, etc. Implementaremos no decurso do ano uma solução *wireless* nos locais turísticos mais frequentados.

Manteremos e reforçaremos as intervenções que visam a inclusão social dos públicos mais desfavorecidos com a Rede Local de Inserção Social, apoios à aquisição de medicamentos, teleassistência e prosseguimento do projeto Manteigas d'Outrora, usos e costumes.

Não pretendendo sermos fastidiosos na enumeração das dezenas de eventos que são organizados anualmente, merecerão especial destaque a programação cultural em rede das Beiras e Serra da Estrela, Feriado Municipal, Expo Estrela, Estrela Grande Trail, Skyroad Grandfondo, Festival da Juventude, Outono Acontece e todas as outras manifestações culturais do livro, da leitura, do teatro, da música, do desporto, ou da fotografia.

Continuaremos a incentivar o emprego, estando destinada uma verba de 132 mil euros, bem como os programas de disponibilização de espaços na Sotave, no Ninho de Empresas, do PERID e do PAPP.

Na indústria e energia esperamos que se concretize a substituição das luminárias por equipamento LED, estão em curso as instalações de equipamentos para redução de consumos no Campo de Futebol, no Centro Cívico, na Escola do 1.º ciclo e na pré-primária, pretendendo-se alargar esta intervenção aos edifícios municipais menos eficientes em termos energéticos.

Esta previsto fazer uma intervenção de manutenção no caminho florestal do Covão da Ponte, em articulação com o ICNF e completar a repavimentação desde o Colégio até à Fonte Santa.

Contamos no dia do feriado municipal apresentar publicamente o Plano de Comunicação do Município de Manteigas e mais tarde o Plano de Desenvolvimento Estratégico.

Asseguraremos com cem mil euros as ações eleitas do Orçamento Participativo: Parque Geriátrico e Circuito de Manutenção em Vale de Amoreira, Parque Cívico e Ambiental em Sameiro e Monumento ao Músico Filarmónico em Manteigas.

Prosseguiremos os contactos para aquisição e pagamento do terreno dos CTT e prosseguiremos com a modernização do parque automóvel, visivelmente obsoleto, com a aquisição de viatura de recolha de resíduos (no final de 2016 adquirimos, sem recurso a leasing uma retroescavadora).

Está em curso o arranjo paisagístico de Leandres e elaboraremos projeto de requalificação da envolvente da Fonte Santa em articulação com o ICNF. Estão previstas intervenções no loteamento do Vidoal e no caminho das Presas.

Distribuição da despesa por funções:

Administração Geral e Proteção Civil	2.613.308 € (38,5%)
Funções Sociais	2.270.350 € (33,45%)

. Educação e Ensino não Superior	269.000 €
. Ação Social	128.400 €
. Habitação e Serviços coletivos	136.000 €
. Ordenamento do Território	106.400 €
. Saneamento	396.000 €
. Abastecimento de água	286.000 €
. Resíduos Sólidos	70.350 €
. Proteção do meio ambiente	169.000 €
. Cultura	497.500 €
. Desporto, recreio e lazer	168.200 €
Funções Económicas	1.142.100 € (16,83%)
. Agricultura, silvicultura	120.000 €
. Indústria e energia	337.600 €
. Transportes rodoviários	93.500 €
. Comércio e Turismo	591.000 €
Outras Funções	761.180,00 (11,22%)
. Operações da dívida autárquica	600.400,00
. Transferências entre administrações	160.780,00

Que mensagem pretende o executivo transmitir ao município com essas escolhas?

A principal mensagem que fica, numa linha de continuidade com a sensibilidade social que nos é reconhecida e que ninguém contesta, é a de servir as pessoas, governar para as pessoas, satisfazer as suas necessidades em todos os domínios e promover a integração social principalmente dos públicos mais desfavorecidos e mais desprotegidos em termos de rendimentos e capacitação, onde naturalmente incluímos grande parte dos nossos idosos e trabalhadores com baixos rendimentos.

Em segundo lugar, criar as melhores condições para que o investimento e a criação de postos de trabalho aconteçam. Verificamos que em diversos domínios, mas principalmente na inovação no têxtil com o burel está a acontecer a internacionalização e no turismo, designadamente na oferta de alojamento qualificado, a nossa ambição está a concretizar-se, naturalmente com o concurso e a confiança dos empresários. Sem desconsideração por todos aqueles a quem devemos a manutenção de muitos postos de trabalho, salientamos o crescimento do emprego nas fábricas de burel, agora com gente mais nova, bem como diversas unidades hoteleiras: a requalificação das Termas de Manteigas, a requalificação da Pousada de S. Lourenço, o Hotel do Senhor João Clara, o Hotel Manteigas Vila Galé, uma pequena unidade nas Penhas Douradas, a requalificação do Solar da Castanha e pelo menos uma dezena de novas unidades de alojamento local. Estamos

convencidos que com a conclusão destes empreendimentos e outros de que temos conhecimento em fase de projeto será ultrapassada a capacidade local de oferta de trabalho.

Constatamos que o ano de 2016 foi o ano em que o concelho teve mais visitas e verificamos com agrado que 70% dos turistas atendidos no posto de turismo são estrangeiros, dos quais 1.700 pediram informação específica sobre os percursos pedestres.

Temos informação que nos permite concluir que o acréscimo de dormidas e de visitantes não está a acontecer em todos os concelhos da Serra da Estrela, pelo que acresce a responsabilidade coletiva na manutenção dos valores naturais com que fomos brindados.

A terceira mensagem que queríamos deixar é especialmente destinada aos jovens. Reconhecidamente, os jovens com melhores qualificações têm taxas de emprego mais baixas e mais sucesso no mercado de trabalho. As nossas escolas destacam-se claramente na região com a qualidade do ensino com indicadores que suplantam o de vilas e cidades maiores e com maior poder de compra. Podemos dizer com toda a franqueza que aos estudantes de Manteigas são dadas as melhores condições para concluírem com sucesso as suas licenciaturas, mestrados ou doutoramentos ou os seus cursos profissionais. Já há inúmeras profissões e atividades em que o local do trabalho não é o fator determinante e há novos valores, como a qualidade de vida, que devem ser ponderados. Fazemos um apelo aos jovens para que na primeira oportunidade e sem prejuízo das suas carreiras considerem o concelho de Manteigas como opção para o seu futuro.

No âmbito de cada uma dessas áreas de ação, quais são os projetos cruciais a ser desenvolvidos em 2017?

Todas as ações que constam nas Grandes Opções do Plano e Orçamento (disponível em: http://cm-manteigas.pt/wp-content/uploads/2017/01/GOP_2017.pdf) com dotação orçamental são cruciais, para empregar o seu termo.

Depois existe um conjunto de ações que consideramos relevantes e prioritárias ou que se configuram como uma oportunidade de acesso a fundos comunitários, com uma verba simbólica, cuja evolução fica pendente do acesso a fundos comunitários.

Que projetos o executivo considera ser necessário concretizar, mas com os quais não pode avançar?

Existe um documento com 14 páginas, que integra a documentação da 1ª revisão do Plano Diretor Municipal, designado “Programa de Execução e Plano de Financiamento”, enquadrado nas prioridades do Portugal 2020 com quatro domínios temáticos e respetivos Eixos Estruturantes, onde se identificam as ações, é feita a sua apresentação sumária e é definido um grau de prioridade (de 1 a 3). Concorrem para a execução das ações a administração local, a administração central e a iniciativa privada. Asseguramos que todas ações de grau 1 (curto prazo) e algumas de grau 2 (médio

prazo) da responsabilidade da autarquia, constam das Grandes Opções do Plano para 2017. Isto significa que só por manifesta insuficiência financeira ou mais atrasos no quadro comunitário o programa deixará de ser cumprido.

Sem sermos exaustivos, precisamos que o programa de regeneração urbana 2016/2018 em que nos atribuíram pouco mais de 400 mil euros que serão gastos ainda este ano, fosse antecipado para o início de 2018, para que fosse possível avançar com a Praça Central e intervenção urbanística na Rua 1º de Maio; que o gigante adormecido de S. Gabriel se tornasse apetecível para um investidor ambicioso, que as Penhas Douradas fizessem jus ao seu nome, que se concretizasse a elevação mecânica para a única Estância de Montanha do país onde se encontram preservados os valores naturais e, finalmente, que os Tribunais e a Justiça funcionassem para que a nossa enorme riqueza de água encontrasse um investidor sério.

Por que não pode avançar com estes empreendimentos, falta de capacidade financeira?

São vários os motivos já descritos atrás.